

TERRITÓRIO USADO E HUMANISMO CONCRETO: O MERCADO SOCIALMENTE NECESSÁRIO

Ana Clara Torres Ribeiro¹

“Por muito tempo sufoquei nos vales, as planícies me prostavam; eu me arrastava sobre o planeta Marte, a gravidade me esmagava; bastava-me subir em cima de uma toca para reaver a alegria: reconquistava o meu sexto andar simbólico, volvia a respirar o ar rarefeito das Belas Letras, o Universo se escalonava aos meus pés e toda coisa solicitava humildemente um nome; atribuí-lo era ao mesmo tempo criá-la e tomá-la. Sem essa ilusão capital, eu jamais teria escrito” (SARTRE, As palavras, pág.45).

Ontologia do território

Milton Santos afirmou a centralidade do território para a reflexão política e, logo, estratégica (SANTOS, 1999; SANTOS E SILVEIRA, 2001). Como condensação de ações pretéritas, o território interage com os atores sociais, favorecendo ou negando novas ações. Desta perspectiva, o território significa mais do que apenas a inclusão das condições materiais da ação nas circunstâncias do Homem, esta categoria eivada de pautas civilizatórias e tão presente na esfera jurídico-política e na legitimação do Estado moderno.

Ao contrário do humanismo abstrato, Milton Santos propôs o humanismo concreto (SANTOS, 1987). Neste humanismo, o território surge, numa de suas faces, como diálogo entre mortos e vivos. Neste diálogo, os mortos, ou trabalho morto, impõem as regras do território normado, ao mesmo tempo em que oferecem, aos vivos, a interlocução necessária à realização dos seus desígnios. Portanto, a ação é sempre interação. Numa outra face, o território surge como território usado, praticado, prehe das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos.

Com esta rápida síntese, vemos que, para Milton Santos, o território constitui-se numa categoria mediadora, posicionada entre o passado e o presente e, ainda mais, indispensável ao desvendamento dos futuros possíveis. Esta mesma capacidade mediadora emerge no intercâmbio entre gerações e conjunturas. É na densidade do território que se

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro
ana_ribeiro@uol.com.br

afirma o “homem lento”, real categoria político-filosófica trazida por Milton Santos (1994). Para este autor, o “homem lento” é aquele que desvenda os recursos indispensáveis à vida. Compreendemos que, do ângulo do “homem lento”, as potencialidades mediadoras do território propõem uma compreensão renovada da própria política, profundamente atual. Quais seriam os sinais desta renovação?

Em primeiro lugar, não se trataria, apenas, de apreender o território como a condição material do Estado moderno, ou seja, de sua soberania na definição e na defesa de uma determinada forma de sociedade. Esta leitura permanece indispensável frente à natureza dos conflitos contemporâneos associados à exploração de recursos estratégicos e às necessidades de legitimação da ação política. Porém, junto a esta leitura, emerge uma outra compreensão do território, expressiva da vida de relações, mais próxima da Nação (ou nações) do que do Estado.

Em segundo lugar, é a partir desta leitura, que se dirige à Nação (ou nações), que se torna possível reconhecer territorialidades, ou melhor, a multiplicidade de formas de apropriação do território que tensamente coexistem num determinado tempo e num determinado lugar. Esta tensão, aliás, conforma os lugares, sendo impossível refletir a sua realidade singular sem considerar as lutas de apropriação de recursos territorializados, mesmo que estas lutas surjam, apenas, através das táticas conduzidas pela cultura ordinária, como propôs Michel de Certeau (1998).

Em terceiro lugar, a partir da leitura do território orientada pela compreensão das lutas de apropriação, surge o rico universo de relações que tem origem nos confrontos entre códigos de conduta e, em termos amplos, entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais que se opõem a esta concepção. Desta ótica, instaura-se a possibilidade de compreensão dos confrontos entre interesses, projetos e visões de mundo que constituem a densidade (espessura) da vida social. É desta ótica que algumas questões centrais tratadas pela ciência política e pela antropologia, tornam-se relevantes para os especialistas do espaço, como exemplificam os estudos do deslocamento das fronteiras entre público e privado ou, ainda, entre legalidade e ilegalidade.

Em quarto lugar, a densidade de vida social, apreendida através de lutas de apropriação, conduz à reflexão do território pautada na compreensão da mediação como linguagem e, portanto, como cultura. Com esta apreensão da natureza mediadora do território, as lutas de apropriação passam a ser lidas como confrontos entre representações sociais, universos simbólicos, valores e diferentes formas de interpretação das condições materiais de vida. As territorialidades dialogam com a configuração histórica da experiência social, em suas múltiplas formas de realização, envolvendo a problemática das classes, dos estratos e dos grupos sociais. Ganha vida e densidade, assim, pela renovação teórica do

território, a chave analítica proposta por Milton Santos para a ontologia do espaço: sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1996).

Em quinto lugar, registramos que a articulação contínua e tensa entre materialidade e imaterialidade, entre objetividade e subjetividade, obriga, no estudo do território, à superação do Uno que sustenta a concepção predominante do humanismo – o Homem como meta evolucionista. A pluralidade e a diversidade entram em cena, como tensão, reivindicação e conflito. Esta visibilidade do diverso confronta a acomodação proposta pelos apologistas do multiculturalismo ou da pós-modernidade. Encontram-se em jogo, efetivamente, os sentidos do moderno no próprio âmago do espaço banal. Este espaço, como abrigo de todos², constitui, ao término, a aparência-essência das lutas de apropriação e o desiderato das territorialidades possíveis.

Em sexto lugar, a indissolubilidade espaço-tempo exige que a compreensão do território (territorialidades) envolva o cotidiano, esta temporalidade formada por continuidade alienada e permanentes micro rupturas e desvios práticos. É nesta temporalidade que se afirma o “homem lento”, conquistador de oportunidades de sobrevivência e real sujeito das resistências que emergem nos espaços *clean* e nas grandes superfícies da última modernidade. É na agência cotidiana que o “homem lento”, conduzido pela cultura ordinária, aparece como portador de futuros e também como inventor de soluções. Assim, é na espaço-temporalidade do cotidiano que a natureza prática do senso comum adquire a potência das territorialidades resistentes, transformando o acaso – valorizado pelos pós-modernos – em projeto realizado e, ainda mais, em tecido social.

Em sétimo lugar, salientamos a técnica, a tecnicidade, que tem origem na experiência da escassez. Se o espaço é sistema de objetos e sistema de ações, o território é a dimensão materializada do espaço e, portanto, onde a dialética materialidade – imaterialidade, sempre presente na ação, adquire maior concretude. Nesta dimensão, a técnica é imediatamente ação, na medida em que se trata da ciência da vida, da sabedoria dos que não abstraem as imposições imediatas do existir. Esta é uma dialética sempre inconclusa que resiste à dialética concebida pelo espírito, já que é no território que o dinamismo das contradições sociedade-natureza encontra, afinal, o seu ponto mais imediato de manifestação e/ou circunstancial repouso. São os que experimentam a escassez que precisam desvendar as múltiplas ações possíveis permitidas pelo espaço herdado e costurar projetos num tecido social esgarçado e precário.

² Nas palavras de Milton Santos: “Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir” (Santos, 1996, pág. 258).

Sujeito corporificado³

A ontologia do território, em diálogo com a problemática do cotidiano e do senso comum, alimenta a valorização concreta do diverso e do múltiplo e, assim, apóia a reflexão de exigências éticas relacionadas ao Outro. A densidade sócio-cultural do espaço banal aparece como uma possibilidade de superação de alguns dos impasses enfrentados por aqueles que, comprometidos com o avanço socialmente justo da modernidade, recusam-se a aceitar imposições advindas dos modelos dominantes de modernização, responsáveis por destruição de bagagens culturais, pelo aumento (incontrolado) da desigualdade social e pelo extermínio de não-modernos em cada período da história do ocidente (GARAUDY, 1983; LATOUCHE, 1996).

A oposição atraso – modernidade já foi suficientemente criticada, o que torna inaceitável o seu retorno através de termos que, eivados de elementos da pauta humanista, são acionados, tão somente, para a legitimação de práticas de exclusão. Constitui um exemplo, a facilidade com que se opõe, atualmente, civilização e barbárie, sem que a experiência reconhecida como civilizada seja, em algum momento, posta em questão. O Outro surge, pelo uso corrente destes termos, como não-Outro, da mesma forma que o seu lugar limita-se a ser um não-lugar, já que construído pela espaço-temporalidade de anônimos e deserdados. É desta maneira que o pensamento dominante impõe um sistema de classificação social em que existe a possibilidade do inclassificável, uma categoria residual em ampliação pelo próprio funcionamento sistêmico da versão hegemônica do mercado.

Porém, anônimos e deserdados partilham o espaço banal e, assim, o espaço herdado, lutando por permanecer nos interstícios da riqueza e impondo a co-presença àqueles que buscam selecionar o Outro admissível ao convívio social. O Outro admitido, pelo pensamento dominante, resume-se aos que podem ser classificados segundo critérios estabelecidos por agentes que, em número crescente, buscam administrar o cotidiano. A atuação destes administradores, convém registrar, corresponde à operação cultural necessária à garantia de ampliação constante da versão hegemônica de mercado, já que a produção capitalista envolve a embalagem convincente de produtos e serviços e, também, a orquestração espaço-temporal propícia à aceleração do consumo.

A co-presença de deserdados e anônimos (RIBEIRO E LOURENÇO, 2001), impõe-se, com especial força, nos espaços que historicamente concentraram investimentos

³ Propusemos esta categoria sob o estímulo da participação, por quase dois anos, no Comitê de Ética em Pesquisa, presidido pela Dra Marisa Palacios, do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (NESC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A bioética trouxe a consciência de quem é o real sujeito do ato médico, aquele que anteriormente era considerado, apenas, o paciente. No corpo-sujeito, co-existem o universal e o singular (ver Ribeiro, 2000).

públicos e privados: as metrópoles e, sobretudo, as suas centralidades. Afinal, a sagacidade dos “homens lentos” e a praticidade do senso comum conduzem, em grande parte, à permanência nestas espacialidades. Mais especificamente, levam à busca do usufruto, ainda que nos escalões mais baixos, da interação permitida pelas práticas dominantes de classificação social. A inclusão procurada muitas vezes resume-se à identidade de legítimo praticante do espaço, que possibilita a sobrevivência nas áreas degradadas da cidade moderna.

É neste sentido que compreendemos a recorrente citação, no discurso do Outro, de valores que julga generalizados, como exemplificam as figuras do trabalhador e do pai de família. Trata-se, sem dúvida, de embates simbólicos, diariamente vividos, orientados para a conquista da legitimidade para a co-presença. As condições de realização destes embates, no limiar constituído pelo risco de extermínio, denunciam a crise de valores que acompanha a atual modernidade, incapaz de garantir o consenso em torno da distinção entre necessidades legítimas e ilegítimas. Os códigos do consumismo, a oferta personalizada de bens e serviços e, ainda, o estímulo à competitividade, ameaçam o compartilhamento de valores.

Porém, como afirma Agnes Heller (1972), em cada período histórico existem espaços sociais que preservam valores anteriormente estabelecidos. Talvez, na atualidade, estes espaços sejam as territorialidades da resistência, formadas no cotidiano, sob os mandamentos do senso comum. Para estes mandamentos, o trabalhador e o pai de família tem valor. A banalidade constitui, não raramente, a única barreira ao excesso de artificialismo e de manipulação do mundo. A reiteração de valores, fazendo aflorar a ação espontânea, constitui uma aposta, mesmo que difusa, na territorialização de direitos e, também, um dos sintomas mais nítidos dos limites da integração permitida pela última modernidade, tão pródiga na produção do desejo de consumo excepcional. É a ação espontânea – organizada pela reiteração de valores – que, com frequência, sustenta lutas de apropriação do território, numa conjuntura econômica em que os fluxos tentam, sem jamais conseguí-lo, se impor sobre os fixos.

As lutas de apropriação conformam as próprias circunstâncias do homem “lento”. Negá-las significa, apenas, aumentar custos sociais e a irracionalidade cotidiana. Esta negação (irracional) amplifica, frente à desigualdade herdada, a própria irracionalidade capitalista, fraturando a sociabilidade. A compreensão das circunstâncias da ação humana pressupõe a observação de contextos e a cuidadosa escuta das falas que substituem, para o “homem lento”, os discursos daqueles que penetram, com facilidade, o espaço público.

Esta escuta precisa ser acompanhada de uma leitura interpretativa de gestos, na medida em que, por vezes, nem mesmo a fala chega a ser articulada. Gestos sem voz,

rostos colados às vidraças de automóveis, gritos de revolta, pequenos acrobatas experimentais, movimentos táticos da venda ambulante ou códigos de sinais que avisam da repressão substituem discursos e, também, as possíveis narrativas. A naturalização da escassez e da carência impõe o corpo reduzido a objeto, negando a força que subjaz às tentativas de complementariedade, do “homem lento”, com a ação dos dominantes. Esta ação subordina-se à crença de que a velocidade sistêmica é a única definição possível da eficácia. Porém, esta crença oculta o fato de que aquele que se deixa seduzir por seus encantos colabora na destruição da urdidura do social.

Ao evitar a co-presença de deserdados e anônimos, a última versão do capitalismo, aceita pelos que podem consumir, traduz-se em formas de circulação excludentes; amplifica, desmesuradamente, a mancha urbana; privatiza serviços até ontem considerados de responsabilidade do Estado; aumenta as barreiras que impedem o direito de ir e vir; apropria-se de tecnologias da informação para o controle social e, não, como instrumentos de libertação. Além disto, a última versão do capitalismo é particularmente dura por negar o próprio evolucionismo, esta visão de mundo cuja crítica já permitiu a denúncia de seus males etnocêntricos (Cf BADIOU, 1994). A atual versão do moderno, com níveis crescentes de etnocentrismo, advoga, ao contrário do evolucionismo, o eterno presente, desobrigando-se de promessas de um futuro melhor e, sobretudo, de compromissos com a igualdade.

Esta versão do capitalismo, desejada imaterial e ubíqua, cria enclaves com dotação máxima de amenidades; impede a sociabilidade interclassista; coloniza a rede urbana através de redes de serviços que destroem a singularidade dos lugares; rompe os pactos sociais que orientavam as políticas públicas inclusivas; aumenta a concorrência intracapitalista, impossibilitando a permanência de atividades econômicas com raízes culturais profundas; desinstitucionaliza relações sociais, impossibilitando a previsão do futuro e aumentando o medo cotidiano (LECHNER, 2002).

É no pólo oposto destas tendências, que expõem características desintegradoras dos vetores da modernização econômica e espacial, que se torna necessário o aprofundamento tanto da ontologia do território – das territorialidades que, por vezes, são insurgentes – quanto da problemática do sujeito⁴. O Homem e o humanismo são confrontados, no presente, pelo “homem lento”, que atrai, de maneira irreversível, a defesa da cidadania e da democracia social em direção ao cotidiano e aos lugares do Outro.

⁴ Como afirma Maria Adélia de Souza: “Esta é uma questão essencial da metodologia geográfica – o método científico se fundou sobre a disjunção entre sujeito e objeto. O sujeito foi enviado ao campo da filosofia e da moral. Como equacionar esses problemas na geografia que implica, permanentemente, o conhecimento dessa relação paradoxal entre sujeito e objeto? Deveria o geógrafo praticar e ensinar uma metaciência? Sabemos, contudo, por Adorno e Habermas que *a enorme massa do saber quantificável e tecnicamente utilizável se torna veneno, quando privada da força libertadora da reflexão*” (grifos no original) (Souza, 1993, pág. 32).

Esta atração, que já se manifesta na década de 1960 nos países centrais, emergiu na forma de movimentos sociais portadores de alta capacidade de politização do cotidiano e de confronto com os códigos da cultura dominante. Hoje, quando eclodem novos tipos de protesto, o monitoramento do espaço de que depende a competitividade estimulada pelo capitalismo – que estabelece as regras da concepção hegemônica de mercado – agrega a fragmentação territorial nas estratégias empresariais. A ordem dominante impõe-se como nova espacialidade: difusa e, ao mesmo tempo, hiperconcentrada.

Esta nova espacialidade busca apropriar-se da totalidade constituída pelo espaço banal, ameaçando a sobrevivência da maioria. É por esta razão que as práticas territorializadas de resistência adquirem maior vigor, ainda que ocultas em rótulos que, por sua abrangência, mais estimulam o consenso do que o reconhecimento dos conflitos sociais. Entre estes rótulos, citamos as categorias meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Entretanto, para além de qualquer possibilidade de ágil consenso, o deslocamento do centro analítico do Estado para a nação (nações) e, também, do espaço para o território (territorialidades) significa uma real inversão da problemática política, através da aproximação entre espírito e matéria, entre os direitos, afirmados pelo humanismo, e a expectativa de corporificação de direitos, aqui e agora.

Assim, da mesma forma que o Estado de Direito é inimaginável sem o planejamento democrático do território – o que, nas sociedades do capitalismo periférico, impõe, em geral, o reconhecimento das diversas nações que formam a sociedade nacional – o sujeito é inimaginável, hoje, sem a corporificação de direitos, isto é, sem a experiência vivida de direitos. A corporificação de direitos exige, no mesmo movimento, a apropriação socialmente justa do espaço herdado, dependente da ação coletiva, e a subjetivação de direitos, que sustenta a afirmação de sujeitos plenos.

Através da natureza mediadora do território, os direitos podem ser compreendidos, simultaneamente, como sendo de todos e de cada um, já que, no território, articulam-se o geral e o singular. Cada um só ocupa uma posição, em territorialidades concretas, através de distâncias relativas face a outros. Assim, sem o Outro inexistente o self, sem os direitos coletivos inexistem os direitos individuais. Como afirma Norbert Elias, a unidade fundamental da vida social não é o eu, tão somente, mas, sim, o nós-eu⁵. Esta é, portanto, a unidade de direitos e a manifestação territorializada do indivíduo. É esta a unidade básica que desafia o humanismo, sobretudo no que concerne à sua real capacidade de materializar-se no cotidiano e nos lugares e, também, em corpos e mentes.

⁵ “É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual. Até mesmo a natureza e a forma de sua solidão, até o que ele sente como sua “vida íntima”, traz a marca da história de seus relacionamentos – da estrutura de rede humana em que, como um de seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo” (Elias, 1994, pág. 36).

Mercado socialmente necessário

A força dos desenraizamentos produzidos pela nova economia, que alguns ousam associar à emergência de uma sociedade de fluxos, obriga à atualização da pauta humanista. O cumprimento desta obrigação exige o diálogo entre culturas, articulado à apropriação criativa (e criadora) de recursos territorializados⁶. Neste sentido, a ação tratada do ângulo da ontologia do território traz à reflexão a tecnicidade da existência. É esta ação que articula, pela experiência social acumulada no território, sistemas de objetos com diferentes idades, reduzindo a abstração característica do pensamento dominante, que envolve, atualmente, a metamorfose informacional da moeda, do crédito, da produção, dos serviços, do comércio e, até mesmo, do consumo.

Talvez seja inútil insistir na crítica à concepção hegemônica de mercado, não só pela difusão alcançada pelo pensamento dominante mas, sobretudo, porque muitos já realizaram esta crítica com grande competência (Cf Sader, 2001). Porém, desejamos, neste texto, apresentar alguns argumentos que sustentem a articulação, com algum rigor, entre território (territorialidades), mercado e sujeito corporificado. Na realização desta tarefa, é impossível negar os determinantes econômicos das lutas pela apropriação do espaço herdado e, também, a força detida pelo mercado na organização da vida coletiva, especialmente pela desinstitucionalização das relações sociais e o tendencial aprisionamento do Estado em tarefas quase exclusivamente relacionadas à garantia de investimentos e, logo, do lucro.

A articulação desejada entre território e sujeito corporificado exige o acréscimo, à crítica da concepção dominante de mercado, de algumas das características mais marcantes do novo economicismo, disseminado através dos elos entre ciência, técnica e lucro (RIBEIRO E SILVA, 2004). Entre estas características, salientamos a adesão a-crítica aos mecanismos sócio-territoriais que permitem rápida hibridação entre tecnoesfera e psicoesfera; a decomposição fragmentadora do indivíduo, pela infinita multiplicação de necessidades; a colagem de desejos e sonhos a bens e serviços; o predomínio da estética sobre a ética; a mercantilização das mediações entre produção e consumo, envolvendo o controle dos fluxos; o excesso de imagens, que reduz as margens de liberdade do imaginário e da imaginação; as formas de produção da segurança, pelo sistema bancário, que colam o lucro financeiro a cada produto ou serviço⁷.

⁶ “Nas doloridas palavras de Edward Said: “Mas com nossa irresponsável e irrefletida afirmação de que os judeus serão forçados a ir embora (como nas Cruzadas), nós não nos concentramos suficientemente no fim da ocupação militar como um imperativo moral, nem em encontrar uma forma de lhes garantir uma segurança e uma autodeterminação que não anulem as nossas (...) Dois povos em uma terra. Ou igualdade para todos. Ou uma pessoa, um voto. Ou uma humanidade comum afirmada num Estado binacional” (Said, 2003, págs 108 2 109).

⁷ Não resistimos à tentação de registrar, neste momento, um episódio recentemente vivido. No encerramento de uma conta de hotel em Brasília, verificamos a inclusão de um seguro pessoal. Ao

Estas características correspondem à intensificação das disputas por territórios e corpos/mentes. Esta disputa, por outro lado, tem sido instrumentalizada pelas ciências sociais aplicadas e pela absorção das artes na administração técnico-científica da concepção hegemônica de mercado. Aliás, convém esclarecer que, ao associarmos os conceitos de hegemonia e mercado, temos a intenção de retirar as consequências de afirmações antes feitas com relação às características do novo economicismo. Nesta direção, afirmamos que, se ocorre crescente penetração das regras empresariais na ação do Estado, como demonstram os modelos que mais visam a eficácia da gestão do que a justiça social, também acontece, na imbricação entre economia e aparelhos de governo, a penetração de sentidos da política no âmago do fazer econômico.

É por este caminho que podemos interpretar o envolvimento, cada vez mais intenso, de empresários no desenho e na implementação de políticas sociais (ver, por exemplo, a composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e a consolidação do ente mercado como uma espécie de ator político, mesmo que, nesta consolidação, exista mais ideologia do que realidade. A aceleração da competitividade explica, sem dúvida, parte deste fenômeno. Mas, também podemos acrescentar outros processos, expressivos da incerteza, que caracteriza o atual período histórico, e da própria natureza da fração do capital que hoje comanda a acumulação na escala mundial.

Enumeremos estes argumentos:

Em primeiro lugar, cabe afirmar que a fração financeira constitui, ao mesmo tempo, a fração mais antiga e a mais atualizada do capital. Acumula experiências que vão da dependência dos soberanos frente aos financiadores da arte da guerra até o domínio das navegações e de todas as outras formas de conquista de terras e povos. É esta a fração presente-ausente dos cenários da colonização e da produção. Esta fração desenvolve, historicamente, o controle à distância dos lugares (nações, regiões) e das mediações entre produção e consumo. O seu atual destaque dependeu, como sabemos, da difusão de inovações tecnológicas que permitem a aceleração dos fluxos de informação e a elevação dos níveis de abstração do controle das atividades econômicas.

Em segundo lugar, a fração financeira, por constituir o elo ativo entre mundialização e globalização, detém o poder de transformar a riqueza territorializada em fluxo, o que possibilita a simbiose entre a sua natureza abstrata e os elementos imateriais de diferentes culturas. Esta extraordinária capacidade de intervenção na escala mundial sustenta-se em acúmulos históricos relativos a práticas de imposição (ou destruição) de governos e em

indagar sobre o sentido desta inclusão, recebemos a informação de que este seguro, de evidente interesse do hotel, era optativo. Esta opção, porém, não nos foi informada no início da estadia. Este é um mínimo exemplo das articulações lucrativas inscritas, recentemente, em todas as faces dos serviços, o que inclui, como não poderia deixar de ser, a saúde e a educação.

conhecimento sobre as fragilidades dos governantes e daqueles que mais diretamente produzem a riqueza. Esta fração precisa dispor, nos movimentos estratégicos de sua territorialização, de atores políticos com capacidade de formularem discursos que criem o ente mercado como sujeito de projetos e direitos.

Em terceiro lugar, é necessário dizer que o ente mercado manifesta-se através de personas, isto é, de defensores dos seus interesses inseridos em diferentes entidades da sociedade civil (como exemplificam alguns órgãos da imprensa e associações de classe) e no Estado. Diferentemente de porta-vozes, estas personas formulam o ente que defendem, fazendo dos interesses atribuídos a este ente uma espécie de plataforma legitimadora dos interesses de terceiros e dos seus próprios. Afinal, a reflexividade exarcebada constitui uma das características centrais do novo economicismo, cada vez mais apresentado como substituto do discurso político e dos enunciados das instituições sociais. Com a difusão dos interesses do ente mercado, estes defensores adquirem uma relevância política e econômica que de outra forma não teriam. Tornam-se convincentes, “modernos”, racionais e eficazes.

Em quarto lugar, destacamos a capacidade de penetração da fração financeira do capital no âmago das relações sociais, o que atinge, como não poderia deixar de ser, o diálogo entre mortos e vivos permitido pelo território (territorialidades). A mercantilização dos lugares e da memória constitui uma das manifestações mais nítidas deste fato. O poder de generalização detido por esta fração – que domina tanto o valor da moeda quanto o ritmo e a escala da circulação – pressiona pela transformação do território numa superfície lisa e sem marcas. Nesta superfície, seriam admitidos apenas os sinais indicativos dos contextos propícios à ancoragem, circunstancial e veloz, dos investimentos e, portanto, aos pousos indispensáveis ao lucro. Nas articulações destes contextos, indicados nesta imaginada superfície, estariam as redes e mediações que constituem, também elas, locus da aplicação estratégica de capital. A própria leveza das redes técnicas torna as mediações, passíveis de fracionamento lucrativo, em espaços da produção de bens e serviços.

Assim, a fração financeira do capital, ao retirar o máximo proveito do novo sistema técnico (de objetos), controla o sistema de ações, criando os atores necessários à construção político-ideológica do mercado como sujeito de direitos. O corpo deste sujeito é constituído por fluxos e sinais eletrônicos e, também, pela ôca materialidade que abriga o comando do sistema de ações, localizado nas áreas privilegiadas, “inteligentes”, das denominadas cidades globais. Este multiforme corpo precisa de doses extraordinárias de imagens e discursos para adquirir materialidade e, assim, apresentar-se como sujeito com capacidade de defender interesses e exigir o tratamento privilegiado, por Estados e localidades, de suas necessidades. É este corpo multiforme que precisa de qualidades e,

não, de substâncias, como indica a substituição do emprego por empregabilidade ou, ainda, do trabalho por trabalhabilidade.

Estes corpo feito de qualidades, espelhadas na linguagem do marketing e nos produtos do sistema bancário-financeiro, é pródigo na emissão de imagens, que escondem a sua imaterialidade, e na oferta de direitos que são, em verdade, sub-produtos dos direitos assegurados ao ente mercado. Trata-se da transformação de direitos em mercadorias (como demonstram a privatização da saúde e da previdência) e da transferência ao ente mercado – esta estranha face política do capital financeiro – de direitos de cidadania. Para que estes direitos sejam garantidos ao ente mercado, subordina-se o país ao olhar externo, abstrato, e abandona-se o planejamento do território, que poderia permitir a real corporificação de direitos por todos.

É frente a estas conquistas do ente mercado, e a suas características intrínsecas, que torna-se indispensável criar um outro ator, que denominamos de mercado socialmente necessário (ver RIBEIRO, 2004). Com esta denominação, evitamos permitir que a concepção hegemônica de mercado apresente-se como a única versão possível das trocas econômicas. Evitamos, ainda, entrar em confrontos inúteis com os defensores do mercado. O ator aqui proposto – que também se alimenta da reflexividade contemporânea e, logo, do pensamento estratégico – já existe em embrião, como exemplificam: as lutas dos vendedores ambulantes (camelôs) nos centros das principais cidades brasileiras, as redes de troca de tantas experiências latino-americanas, os projetos de desenvolvimento local (ver RIBEIRO, 2004a) e os experimentos da economia solidária.

O mercado socialmente necessário, como memória e projeto, possui raízes ancestrais, ainda anteriores àquelas que alimentam a concepção hegemônica de mercado. O ator proposto – pensado literalmente de baixo para cima, corporificado e territorializado –, corresponde, potencialmente, ao circuito inferior reconhecido por Milton Santos, em O espaço dividido (1979), para a compreensão íntegra da economia urbana. Mas, este ator também corresponde às formas sociais sobreviventes das sucessivas modernizações e às formas mais modernas que tiveram, historicamente, a capacidade de interagir com práticas ancestrais, como aquelas produções e comércios em que a negociação predomina sobre a conquista e a destruição do Outro. Existe, portanto, uma vida de relações, resistente e tenaz, que se opõe à abstração exigida pela operação sistêmica da concepção hegemônica de mercado.

É esta vida de relações que pode resistir à volatilidade dos investimentos, já que as trocas, por elas geridas, são trocas simbólicas e, portanto, apoiadas em linguagens e valores. Nestas trocas, pela experiência concreta do compartilhamento, o valor de uso predomina sobre o valor de troca (ver BOURDIEU, 1994). É o valor de uso que orienta a

ação do “homem lento”, assim como é o valor de uso que pode transformar as lutas de apropriação, como Lefebvre (1969) nos inspira a dizer, em caminhos para a transformação do território em obra coletiva. A densidade do território é, também, a densidade do diverso, dos defensores de direitos singulares, daqueles que podem renovar e concretizar a pauta humanista deste novo milênio. O mercado socialmente necessário, calcado em trocas solidárias e realmente inteligentes, pode favorecer o conhecimento do Outro, valorizando a sua humanidade, ou melhor, a igualdade entre todos e o seu direito a reivindicar direitos a partir de sua diferença.

São estes sujeitos que aparecem na Carta de Brasília, Declaração da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, de 2 de julho de 2004 (ver FASE, 2004, pág. 51). Desejamos concluir este texto com os termos do primeiro item desta Carta:

“Somos a IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, mulheres e homens, heterossexuais, gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros; crianças e adolescentes; idosos, presos, presas e seus familiares; povos indígenas, negros e negras afro-descendentes, ciganos e ciganas, migrantes, refugiados, pessoas com deficiência e surdos, vítimas e parentes de vítimas da violência, pessoas com doenças crônicas ou degenerativas, pessoas com sofrimento psico-social, usuários de drogas psicoativas, soropositivos e profissionais do sexo. Não estão aqui muitos de nossos lutadores dos direitos humanos, que foram mortos na luta contra a ditadura, denunciando o crime organizado, a escravidão e as mais diversas violações da dignidade humana, muitos dos quais não temos até hoje notícia dos seus corpos. Viemos das cidades e dos campos, somos religiosos de crenças muito distintas, e alguns entre nós sem crença alguma, mas todos e todas somos iguais em nossa diversidade. Queremos viver, viver com dignidade, em paz, na cultura, no prazer da vida e com perspectiva de futuro”.

REFERÊNCIAS

Badiou, Alain . **Para uma teoria do sujeito**: conferências brasileiras, tradução de Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

Bourdieu, Pierre. **Raisons pratiques**: sur la théorie de l’action, Paris, Éditions du Seuil, 1994.

Certeau, Michel de . **A invenção do cotidiano**: artes do fazer, tradução de Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis, Vozes. 1998.

Elias, Norbert . **A sociedade dos indivíduos**, organização de Michael Schröter e tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

FASE . **Proposta**, Ano 28, N. 101, jun./ago (número dedicado ao tema O Brasil tem fome de direitos), 2004.

Garaudy, Roger . **O ocidente é um acidente**: por um diálogo das civilizações, tradução de Virgínia Novais da Mata-Machado, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.

Latouche, Serge . **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária, Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1996.

Lechner, Norbert. “Nuestros miedos” In Jean Delumeau et al **El miedo**, Medellín, Corporación Región, 2002.

Lefebvre, Henri . **O direito à cidade**, tradução de T. C. Netto, São Paulo, Editora Documentos, 1969.

- Ribeiro, Ana Clara Torres .“Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia”. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Vol. 24, N.1, jan/abr, 2000.
- Ribeiro, Ana Clara Torres e Lourenço, Alice. “Discurso tentativo sobre o anonimato”.**Sociedade e Estado**, Vol. XVI, N. 1-2, jan/dez, 2001.
- Ribeiro, Ana Clara Torres . “Oriente negado: cultura, mercado e lugar”, **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, Ano 2 (número especial), 2004.
- Ribeiro, Ana Clara Torres . “O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida”, texto a ser publicado em livro do Núcleo de Solidariedade Técnica da COPPE-UFRJ, 2004a.
- Ribeiro, Ana Clara Torres e Silva, Cátia Antonia da . “Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo” In Ana Clara Torres Ribeiro (comp) **Em rosto urbano de América Latina**, Buenos Aires, CLACSO, 2004.
- Sader, Emir (comp). **El ajuste estructural en América Latina. Costos sociales y alternativas**, Buenos Aires, CLACSO, 2001.
- Said, Edward .**Cultura e política**, organização de Emir Sader e tradução de Luiz Berbarado Pericás, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- Santos, Milton . **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana, Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1979.
- Santos, Milton . **O espaço do cidadão**, São Paulo, Nobel, 1987.
- Santos, Milton . **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional, São Paulo, HUCITEC, 1994.
- Santos, Milton . **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo, HUCITEC, 1996.
- Santos, Milton . “O território e o saber local: algumas categorias de análise”. **Cadernos IPPUR**, Vol. XIII, N.2, 1999.
- Santos, Milton e Silveira, Maria Laura . **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI, Rio de Janeiro / São Paulo, Record, 2001.
- Sartre, Jean-Paul . **As palavras**, tradução de J. Guinsburg, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 6ª edição, 1984.
- Souza, Maria Adélia A. de.“O ensino da geografia na virada do século” In Maria Adélia A. de Souza, Milton Santos, Francisco Capuano Scarlato, Monia Arroyo (org) **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica, São Paulo, HUCITEC-ANPUR, 1993.